

Apresentação

Entre culturas, sujeitos, saberes e suas práticas...

Between cultures, subjects, knowledge and practices...

Os textos publicados nesta edição temática da Revista de Educação Pública, despontam motivados pelos atuais debates acerca da Educação em um contexto no qual os sujeitos e seus saberes ocupam espaços de resistência em nossos cotidianos, seja na esfera pessoal, profissional, nos coletivos ou nas instituições que lidam com os processos do ensinar e do aprender.

Este número apresenta contribuição de autoras e autores que conosco dialogam em busca de espaço para o debate, para a reflexão a respeito de suas pesquisas nas quais trazem ponderações sobre a realidade brasileira, o que nos permite observar que na constituição dos espaços de saberes há a oportunidade de encontros, trocas e divulgação de experiências articuladas a diferentes campos da ciência.

Claro está que compreendemos que vivemos um tempo no qual é da maior importância dimensionar nosso espaço de atuação como um lugar, de onde nos posicionamos, defendemos nossas concepções de mundo, de educação, de cultura... Autoras e autores, nessa linha de raciocínio, conjecturam sobre as contribuições dos processos educativos na relação que estabelecem com o outro. Nos textos apresentados, instituições, normas, regulamentos, sujeitos e saberes se desdobram em práticas culturais que afetam a constituição de nossas subjetividades.

Esta edição insere-se, do mesmo modo, na discussão atual e visa contribuir com pesquisas sobre alternativas possíveis para o desenvolvimento do potencial humano e criativo nas diferentes etapas do processo educativo, reconhecendo a inserção de novos sujeitos nesse processo. Perpassam pelos textos, a discussão de contextos nos quais a educação, os sujeitos, seus saberes e as diversidades culturais se imbricam.

Ao destacarmos, neste número, a temática *Culturas, Sujeitos, Saberes e Suas Práticas*, queremos enfatizar motes que são pesquisados há muitos anos e, ao mesmo tempo, mostrar como as investigações abordam a sociedade, a formação docente, a laicidade do ensino, as instituições escolares e suas práticas que impõem determinados modelos para as crianças, para as sexualidades, para a família, enfim para as representações de masculino e feminino, em tempos nos quais nos

debateamos frente a reformas educacionais que impactam os cotidianos escolares.

Para nós, destacar contextos tão diversos significa identificar que homens e mulheres têm uma história, da qual são também sujeitos. Significa igualmente, engajarmo-nos como militantes em um projeto de emancipação das populações mais fragilizadas, de populações que se mantiveram marginalizadas, nas quais o processo de crescente acesso e visibilidade de seus combates, de suas resistências foram retratadas nas investigações que compõem esse volume, o que denota claramente que a luta por uma educação equânime para brasileiras e brasileiros ainda não terminou.

O itinerário dos escritos percorre parte de descobertas, de adventos, de investigações que se inscrevem em um movimento coletivo composto por múltiplas interações em busca de mudanças, que alargam nossas perspectivas espaciais, temporais, culturais. Trazer a público essas pesquisas é permitir, da maneira mais aberta possível, o acesso ao conhecimento acumulado por esses estudos e pesquisas.

A presente edição agrupa artigos de investigação e reflexão nacionais que remetem a assuntos cruciais para o momento nacional e latino-americano, no qual relações entre sujeitos, instituições, saberes e práticas encontram-se marcadas pelo avanço de uma série de políticas e programas conservadores que reduzem a autonomia e o papel emancipador dos espaços educativos.

Em tempos de aprovação da reforma do Ensino Médio, de supressão dos termos *identidade de gênero* e *orientação sexual* da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de crescente participação do setor empresarial em instituições de ensino, de militarização de instituições escolares, de ampla ofensiva liberal-conservadora, apoiada em uma aliança entre o empresariado da educação e os setores mais reacionários, evidencia-se a disputa pela concepção de educação nos mais variados espaços e tempos. Os textos que ora apresentamos se mostram pertinentes para a discussão que remete à necessidade de desconstrução de práticas e discursos colonizadores e discriminatórios rumo à reconstrução do tecido social no qual estamos imersos.

A complexidade desses dias que vivemos exige que falemos do humano, de realidades que submetidas a exclusões sociais, econômicas, políticas, educacionais, entre outras e da necessidade de buscarmos estratégias públicas que integrem todas as pessoas, independentes de sua origem, etnia, sexo, religião ou pensamento. A pluralidade há de ser respeitada e uma nova ordem social só se pode conseguir com respeito e com reconhecimento das diversidades.

O primeiro texto, *Direitos humanos e diversidade cultural: implicações curriculares*, de Alípio Casali, de modo provocativo, examina alguns dos fundamentos da negação da diferença, da diversidade e dos direitos humanos,

valendo-se da história, da ciência (particularmente das neurociências) e da reflexão filosófica; (re)examina alguns dos fundamentos da afirmação positiva da diferença, da diversidade e dos direitos humanos, numa perspectiva educativa crítica do currículo, situando-nos positivamente na tensão polarizada entre valores universais e valores culturais, entre direitos à igualdade e direitos à diferença.

Oswaldo Martins de Oliveira, em *Memórias e culturas afro-brasileiras na educação escolar: análise a partir da trajetória de uma professora quilombola*, analisa a trajetória de uma professora quilombola do Território Quilombola do Sapê do Norte/ES, e suas experiências com a educação escolar. Para tanto revisita o conceito de quilombo, recupera a história de escolarização dos negros no período de escravização; relata experiências de quilombolas contemporâneos que lograram êxito escolar adentrando às universidades. Por meio da história de vida da professora pesquisada demonstra que a luta contra a exclusão sempre foi à tônica dos coletivos negros ao longo da história.

Suely Dulce de Castilho e Luciano da Silva Pereira, no texto *Trajetoária de vida e estratégia de superação de uma professora do Quilombo Chumbo – Poconé-MT*, apresentam a história de vida de uma professora quilombola, enfatizando suas lutas e resistências diante de preconceitos e racismos sofridos, forjando para si possibilidades de se constituir como docente por meio da participação nos movimentos sociais quilombolas e da formação escolar e universitária. Refletem sobre a importância de dar visibilidade à história de vida de professoras negras e quilombolas, marcadas pelo silêncio, desrespeito, desumanização, mas também demonstram a ousadia, a força, a luta dessas mulheres pela escolarização, pela autonomia financeira, pelo reconhecimento como cidadã, pelo respeito e pela vida digna.

Carlos Benedito Rodrigues da Silva, no artigo intitulado *Movimento negro e as lutas contra o racismo*, oferece-nos o importante percurso do movimento negro no Brasil, argumentando sobre a importância destes na definição de políticas estatais de combate ao racismo, principalmente a Lei 10.639/03, e outras políticas afirmavas. Para além disso, sinaliza que, por outro lado, o racismo institucional tem sido um entrave à legitimação e efetivação das políticas públicas no sistema de ensino Brasileiro.

Direitos Humanos e Educação do/no campo na Amazônia é o título do artigo de Ricardo Gilson da Costa Silva e Josélia Gomes Neves, nele refletem a forma como as territorialidades, o direito e a educação dos povos tradicionais têm sido impactadas pelo agronegócio na região amazônica. Discutem a categoria território para o entendimento dos processos no espaço rural, indicando que a centralidade está na cristalização dos conflitos, porque expressa projetos objetivados em duas lógicas antagônicas: de um lado o agronegócio e de outro, os camponeses, povos

e comunidades tradicionais na região. Acionam para a importância de nexos entre direitos humanos, educação e escolas do campo, para enfrentamento de desafios diante dos processos modeladores do território na região.

Jovino Pizzi, no artigo *Os elementos etnoculturais de uma pedagogia triangular: o caminho para a hospitalidade convivial*, se propõe, a partir da epistemologia do mundo da vida afro-ibérico-ameríndio, a refletir sobre a multiplicidade étnico-racial e a necessidade de uma pedagogia capaz de *cultivar* uma hospitalidade voltada à convivência com a diversidade. O debate tem em vista considerações geoculturais de um horizonte que interconecta três continentes: África, Europa e as Américas. Ao mesmo tempo, delinea uma aproximação aos princípios e fins da Educação Nacional em relação às exigências dos estudos afro e indígenas, do ponto de vista histórico e/ou cultural.

A presença de mulheres negras trabalhadoras escolarizadas em periódicos mato-grossenses nos oitocentos, de autoria de Paulo Sérgio Dutra, traz a lume a presença de mulheres negras escolarizadas e trabalhadoras na cidade de Cuiabá-MT, final do século XIX. Considera-se que as mulheres negras estiveram presentes no mundo do trabalho livre e em diversos espaços no universo letrado na capital da Província. No entrecruzamento com o artigo de Osvaldo Martins de Oliveira, resumido na página precedente, é possível reafirmar que as pessoas negras em toda a história lutaram pela escolarização e pela autonomia, mesmo diante de uma sociedade violenta e contrária a todos os seus direitos mais fundamentais.

Luís César Castrillon Mendes e Dánie Marcelo de Jesus, no artigo *Identidades e relações de gênero nos guias do programa nacional dos livros didáticos de História e Português para o ensino médio*, trazem importantes contribuições ao analisarem a presença da discussão de gênero nas avaliações expressas nos Guias do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), 2015. Teoricamente, discutem o conceito de gênero como categoria de análise, associado a alguns aspectos dos estudos decoloniais com a finalidade de entender o modo como o conceito de identidade se apresentava nos guias. Buscam também discutir como as especificidades de grupos, tais como classe social, etnia e sexualidade são tratados nesses materiais. Concluem que os guias, de modo geral, parecem reforçar o não protagonismo feminino e denunciam o total silenciamento de questões relacionadas com as outras manifestações de gênero não canônicas.

O texto *Povos ancestrais, América do Sul e Caribe: epistemologias e poéticas visuais na formação de engenheiros*, de Janina Mirtha Gladys Moquillaza Sanchez, busca tornar conhecidas epistemologias e estéticas visuais de povos ancestrais da América do Sul e Caribe, sinalizando a necessidade de re-escrita da história da Engenharia dessa parte do mundo, tendo em vista que a história oficial desconhece ou apaga os conhecimentos e fazeres complexos e sofisticados desses povos. A

autora questiona ainda o fato de o Brasil jamais ter considerado necessário à população não indígena aprender epistemologias e estéticas ancestrais.

E, por fim, a partir da abordagem teórica da Fenomenologia do corpo, de Merleau Ponty, os pesquisadores Juan Mansilla Sepúlveda e Daniel Quilaqueo Rápiman, no artigo intitulado *Capuchinos bávaros y niñez mapuche: aproximaciones desde la Fenomenología del cuerpo en Merleau Ponty*, propõem um diálogo intercultural e intersubjetivo sobre as corporalidades indígenas presentes nos vestígios fotográficos encontrados nos arquivos capuchinhos da Baviera (Alemanha). Discutem as possibilidades analíticas oferecidas pelas relações intersubjetivas que ocorreram entre os missionários capuchinhos bávaros e as crianças indígenas mapuche no início do século XX, no Chile. Os autores problematizam o modo como as ações dos religiosos, tais como a criação de escolas, missões e internatos, produziram uma educação monocultural, controladora do corpo e da alma de meninos e meninas para realizar a chilenização e ocidentalização dos povos mapuches desde a infância.

Em suma, os textos aqui organizados propõem profundas reflexões a respeito de parte da população alijada de seus direitos, ocultada do currículo formal escolar, ou incluídos precariamente, como dizia Bourdieu, mas que existem guerreiramente e que historicamente têm procurado forjar suas existências no campo das epistemologias, do currículo escolar, do mercado de trabalho e dos direitos humanos. Demonstram também a existência de pesquisadores engajados em novas proposições em franco contra-discurso aos discursos excludentes. Desejamos boa leitura.

Profa. Dra. Nilce Vieira Campos Ferreira
Profa. Dra. Suely Dulce de Castilho
Coordenadoras do Seminário Educação 2017
PPGE/IE/UFMT